

Janeiro 2004

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. Redução da Pobreza e Economia
2. Educação, Juventude e Criança
3. Hiv/ Sida
4. Mercado Informal e Microfinanças
5. Governação e Descentralização
6. Paz e Reconciliação
7. Serviços Básicos
9. Terra, Habitação e Urbanização
10. Outros

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Carlos Figueiredo, Beat Weber, Pacheco Ilinga, Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar, Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução a Pobreza Urbana de Luanda), DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 Governo nega desvio de milhões do petróleo	1
1.2 Sonangol importa gasolina para satisfazer mercado.....	Erro! Marcador não definido.
1.3 BPI Pioneiro na Banca “On-line” em Angola	1
1.4 A violência contra os pobres não resolve os problemas de Luanda	2
1.5 Pobres cada vez mais pobres	3
1.6 União Europeia disponibiliza USD 116 milhões para redução da pobreza.....	4
1.7 Pobreza na agenda dos mais ricos.....	5
2 Educação	6
2.1 Ministro da Educação pede apoio da UNESCO.....	6
2.2 Ministro da educação impede “caso Falcone” na UNESCO	6
2.3 Primeira universidade privada de Angola arranca em Fevereiro.....	6
2.4 Educação em Benguela prevê matricular 550 mil alunos	7
2.5 Estudar vai ficar caro... e no Piaget pior	7
3 Hiv/ Sida	8
3.1 OMS intensifica medidas de combate à tuberculose e HIV em África	9
3.2 Abertura das fronteiras causa aumento da Sida no país	9
4 Governação	9
4.1 Angola incluída na Lei norte-Americana de oportunidade de Crescimento Africano Erro! Marcador não definido	
4.2 Membros da Unita no GURN podem ser substituídos	9
4.3 Angolanos regozijam-se com posição do governo face às acusações da Human Rights.....	10
4.4 Credibilidade da Human Rights Watch posta em causa.....	10
4.5 Comissão de gestão vai governar Luanda.....	11
4.6 Presidente da UNITA reconhece existência de livre expressão no país.....	11
4.7 UNITA quer jovens brancos	11
4.8 Conta secreta de Eduardo dos Santos.....	Erro! Marcador não definido.
4.9 Falcone: Paris pressiona Luanda	12
4.10 Futura constituição prevê incriminação do presidente.....	12
5 Paz e reconstrução nacional	13
5.1 PR quer acções conjuntas para ajuda à reconstrução do país.....	13
5.2 Angola prepara unidade militar para missões de Paz.....	13
5.3 BM vai empenhar-se na organização da Conferência de Doadores	14
5.4 País aposta no plano nacional para os direitos humanos	14
5.5 Situação humanitária em Angola melhorou, segundo a ONU	15
5.6 Refugiados estão a regressar por risco e conta própria	15
5.7 Angola beneficia-se de projectos alimentar da África Central.....	15
5.8 Observância dos Direitos Humanos ainda é uma miragem	16
6 serviços basicos	16
6.1 Luandenses consomem cada vez menos água	16
6.2 Higino Carneiro coordena administração da província de Luanda	17
6.3 Nascerá aterro sanitário para Luanda	17
6.4 Higino Carneiro garante que Luanda vai mesmo ficar limpa em seis meses	18
6.5 Saneamento básico.....	18
7 terra e habitação	19
7.1 Chuvas matam 6 pessoas e destroem casas no Huambo	19
7.2 Lei da Terra já esta no parlamento com a contribuição de populares	19
7.3 Construções anárquicas podem ser demolida!	19
7.4 Descoberta indemnização não entregue a moradores de bairro demolido	20
8 outros	21

8.1 Angolana e duas Congolesas detidas em aeroporto belga.....	Erro! Marcador não definido.
8.2 Cobertura sanitária do país é de um médico por 13 mil habitantes	21
8.3 Cinco pessoas mortas por mina	22
8.4 O novo “demolidor”	22

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Governo nega desvio de milhões do petróleo

VOA 14/01/04

O governo angolano reagiu com alguma irritação ao relatório da “Human Rights Watch” que o acusa de ter descaminhado entre 1997 e 2002 mais de 4 mil milhões de dólares americanos, das receitas do petróleo.

O executivo angolano nega estas acusações e recorda que nunca foi feita uma auditoria contabilística independente às contas públicas que provassem o alegado desvio de dinheiro e a prática de uma gestão pouco transparente do erário público.

Aliás, lê-se no documento, “a primeira fase do estudo diagnóstico do sector petrolífero já foi publicada e fornece ampla informação sobre os fluxos financeiros relacionados com o petróleo”, além de que as contas públicas estão sujeitas a auditoria do FMI.

Entretanto, o economista Vicente Pinto de Andrade que trabalhou para a KPMG, a quem foi solicitado o referido diagnóstico, diz haver alguma confusão em relação ao trabalho desta instituição.

“Há um erro grande em relação ao trabalho que foi pedido a KPMG. À KPMG não foi pedido uma auditoria. Foi pedida é a elaboração de um sistema que permita, a partir de certa altura, definir melhor quais os circuitos financeiros do dinheiro proveniente do petróleo e tudo aquilo que diz respeito ao período anterior a intervenção da KPMG não foi objecto da análise”.

Em relação à fiscalização das contas públicas realizada regularmente pelo FMI, o comunicado do governo diz não ter aquela instituição financeira provado qualquer anomalia, podendo-se, por esta razão tomar a divulgação deste relatório como uma campanha de difamação “imaginosa e fantasiosa” para denegrir a imagem do executivo e dos seus dirigentes.

Mas o conteúdo do relatório da HRW retoma notícias já divulgadas em 2002 na imprensa internacional que tiveram como suporte um relatório secreto interno do FMI.

As notícias da época diziam nomeadamente que mais de 4 mil milhões de dólares americanos haviam desaparecido dos cofres do Estado num período de cinco anos contados a partir de 1997, facto negado na altura pelo governo.

Entretanto, o documento distribuído pelo executivo angolano, não responde claramente a uma outra

questão levantada pela HRW sobre restrições ao acesso à informação sobre o assunto por parte da sociedade angolana.

Também não desmente o teor da carta que o director da Sonangol, Manuel Vicente, endereçou à British Petroleum, advertindo da perda da assinatura de contratos milionários caso divulgasse, no âmbito da campanha “Publish what you pay”, em nome da transparência, os valores dos negócios com a companhia angolana de combustíveis.

O político e professor universitário, Adriano Parreira, não manifestou qualquer surpresa pelo conteúdo do documento da HRW, considerando simplesmente escandaloso e vergonhoso e vem provar que os dirigentes angolanos estão cotados entre os mais corruptos do mundo.

“Eu espero que as consequências imediatas sejam para já o despertar da consciência de que nós temos de resolver este problema de uma vez por todas, encarando de facto as possibilidades que desde já a lei constitucional nos oferece mas para isso, será necessário que o poder judicial deixe de ser clientelista e passe de facto a exercer a soberania que lhe é reservada. E isso passa também por uma seriedade dos juizes que até agora não existe e, eventualmente, por uma nova mentalidade dentro do poder judicial para que ganhe a força suficiente para de uma vez por todas julgarem estes senhores por suborno e traição a pátria que é disso que se trata”.

Adriano Parreira recordou que a sequência de escândalos financeiros metem pelo meio o Angolagate, o escândalo despoletado em França, os milhões em bancos no Luxemburgo depositados em nome de José Eduardo dos Santos e outros que associam de forma directa a nomenclatura angolana à máfia internacional.

1.3 BPI Pioneiro na Banca “On-line” em Angola

O publico 28/01/04

O Banco de Fomento de Angola (BFA), cujo capital é detido na totalidade pelo Banco Português de Investimento (BPI), lançou ontem um serviço que permite aos clientes consultar e movimentar as suas contas via internet, tornando-se na primeira instituição do país com banca “on-line”.

“Estamos na vanguarda da banca em Angola, nenhum outro banco em Angola dá acesso a serviços na Internet como nós”, garantiu Fernando Teles, administrador do BFA, na cerimónia de lançamento do novo produto. O BFANet é “um novo canal de banca electrónica que complementa a rede de balcões”, explicou o

responsável, salientando que “vamos estar mais perto dos nossos clientes e permitir-lhes um melhor acesso ao banco”.

O BFANet vai disponibilizar, nesta primeira fase, apenas a possibilidade de consultar as contas bancárias, mas, segundo o administrador do banco, dentro de “dois ou três meses” já será possível realizar outro tipo de operações, entre as quais o movimento das contas.

Fernando Teles recordou que o BFA é uma instituição bancária que tem vindo a apostar nas novas tecnologias, detendo actualmente 65 por cento das movimentações de dinheiro através da rede Multicaixa, a versão angolana do Multibanco português. Por outro lado, frisou que o BFA “cresceu 100 por cento em crédito concedido e 50 por cento em depósitos” no último ano.

O Banco de Fomento Angola nasceu em 2002, quando o Banco de Fomento Exterior (BFE), instalado há mais de 10 anos no país, deu origem a uma nova instituição de direito angolano. Actualmente o BFA possui 13 agências abertas em Luanda, dispondo ainda de balcões nas províncias de Benguela (3), Huíla, Cabinda, Namibe, Huambo, Cunene, Cuanza Sul (3), Zaire, Bié e Uíge. No primeiro trimestre deste ano, o BFA prevê abrir três novas agências, uma das quais em Luanda e as restantes nas capitais das províncias de Malange e Lunda Sul.

1.4 A violência contra os pobres não resolve os problemas de Luanda

Angop 31/01/04

Para quem tinha no curriculum a ideologia do proletariado, foi de facto com alguma surpresa que acompanhámos o camartelo de Simão Paulo abater-se furiosamente, sem dó nem piedade, sobre as casas dos boavisteiros, numa controversa operação de deslocação forçada de populações ao arrepio de todas as regras, convenções e direitos fundamentais do homem.

Mais chocados ficámos com o "nosso Simão, depois de termos constatado que, afinal de contas, os boavisteiros que de facto corriam sérios riscos de vida de vido a perigosíssima edificação dos seus casebres nas encostas íngremes das barrocas do Miramar, não tivessem sido abrangidos pela suposta intervenção humanitária do GPL. Lá continuam até hoje.

Luanda tem agora uma troika ao seu serviço, o que acaba por ser a grande novidade desta remodelação, pois, em relação ao resto, não há nenhuma garantia à partida, que aponte para uma nova vida. A crise de Luanda é profundamente estrutural, não havendo para

já grandes possibilidades de se inverterm as actuais tendências.

O simples facto de muito mais de metade do perímetro urbano não ter ao seu dispor uma infra-estrutura de saneamento básico fala bem da enormidade dos problemas da capital.

As águas são hoje o principal inimigo de Luanda e de qualquer tentativa de se reparar na via pública seja o que for.

O Treinador mudou de ideias e... lá se foi mais um Governador por água abaixo!

Era absolutamente previsível. Quer a mudança de ideias, quer a saída anunciada de quem entra na equipa, seja porque porta for. Não interessa.

É como morrer. Basta estar VIVO.

Para sair da equipa, basta estar lá dentro.

Todos quantos lá entram, já sabem que é assim, que esta é a principal regra do jogo, pelo que não pode haver lugar para surpresas.

Nesta equipa também só joga quem quer, embora tenha havido recentemente uma pequena alteração. Esta alteração é apenas extensiva aos que jogam mais lá em cima. Na estratosfera.

Assim sendo, ficou assente desde o Comício do Cazenga, que todos os que quiserem podem ser membros da equipa, mas só serão catapultados para a sua direcção os que merecerem.

Só não ficou suficientemente claro é quem decide sobre quem é merecedor de uma tal distinção, embora seja fácil adivinhar quem o fará, pela forma absolutamente transparente como o jogo tem sido conduzido.

Aliás, com este Treinador não há titulares e até agora, pelo que se sabe, ainda ninguém conseguiu acabar um jogo inteiro, cujo tempo regulamentar só ele conhece, pois ele também é o árbitro da partida.

De uma partida que nos andam a pregar há já bastante tempo, desde que se realizaram as primeiras e até agora únicas eleições, depois de termos andado cerca de 15 anos a bater palmas por tudo e por nada.

É uma partida e das grandes, pois em suspenso está a democratização do país só possível com a realização periódica de eleições regulares, livres e justas, que

continuam a aguardar por qualquer coisa, que ninguém sabe muito bem o que é exactamente.

Sem elas, as eleições, o jogo vai continuar a estar completamente viciado, dependente da vontade exclusiva do Treinador, que, como se sabe, para além de árbitro também é jogador. Diz-se que é igualmente o dono do campo e da própria bola. Haverá certamente algum exagero nesta avaliação dos seus méritos, que são efectivamente muitos e valiosos, como é fácil de constatar pelo seu longo consulado, que já leva mais de 27 anos.

O "nosso" Simão da Escola Comercial, do movimento estudantil da pró-associação e dos comités esquerdistas que foram surgindo posteriormente na segunda metade dos anos 70, depois de ter andado uns largos anos a dar-nos uns "valentes choques" na EDEL foi parar até ao Governo de Luanda, onde começou a sua carreira como Vice.

Destacou-se rapidamente como um dos mais implacáveis demolidores de casas populares que a violenta história de Luanda já conheceu.

Para quem tinha no curriculum a ideologia do proletariado, foi de facto com alguma surpresa que acompanhamos o camartelo de Simão Paulo abater-se furiosamente, sem dó nem piedade, sobre as casas dos boavisteiros, numa controversa operação de deslocação forçada de populações ao arrepió de todas as regras, convenções e direitos fundamentais do homem.

Mais chocados ficámos com o "nosso" Simão, depois de termos constatado que, afinal de contas, os boavisteiros que de facto corriam sérios riscos de vida devido a perigosíssima edificação dos seus casebres nas encostas íngremes das barrocas do Miramar, não foram abrangidos pela suposta intervenção humanitária do GPL. Lá continuam até hoje.

Chegado a Governador, Simão Paulo continuou a apostar na repressão, sempre orientada para as camadas mais miseráveis da nossa população. Criou então um verdadeiro exército de ferozes sipaios, que foram colocados nas ruas de Luanda para perseguirem os ambulantes e as zungueiras. Foi o pagode total, que prossegue actualmente em ritmo mais brando, numa altura em que fiscais e ambulantes já começaram a negociar pontualmente a sua coabitação nas ruas de Luanda.

Mais uma vez Simão Paulo atacou as consequências, ignorando completamente as causas, num país onde o Governo tem antes de mais de investir fortemente na

luta contra a pobreza. Um investimento que não pode ser feito com matracas, nem com brutamontes. As pessoas têm o direito de não morrerem de fome se ainda lhes sobrar alguma energia para procurarem meios de subsistência. Com os seus sipaios, Simão Paulo, na prática, quis retirar este direito aos angolanos.

Preocupado em reprimir os descamisados, Simão Paulo passou ao lado de situações muito mais graves para a ordem pública da cidade, como tem sido a intervenção de vários empreiteiros, que após abrirem os buracos das suas obras, vão-se embora na maior das calmas deixando atrás de si autênticas valas.

No adeus a Luanda, Simão Paulo disse que o grande problema da sua gestão foi a execução do orçamento previsto, que ficou muito abaixo dos 50%.

Não temos qualquer dificuldade em admitir que, de facto, Simão Paulo foi mais uma vítima da falta de recursos crónica que tem marcado a gestão da coisa pública.

Simão Paulo terá, entretanto, enfrentado, num plano mais pessoal, outras situações mais complicadas do ponto de vista relacional, com os outros centros de decisão, que também contribuíram, de forma decisiva, para a sua aparatosa queda.

Luanda é um verdadeiro matadouro de governadores e pelos vistos vai continuar a sê-lo, pelo menos enquanto o país não recuperar a sua identidade democrática.

Uma identidade que passa pela eleição dos representantes do poder local, com um mandato bem definido, que só poderá ser posta em causa por eleições antecipadas.

De outra forma, com o Treinador por perto, ninguém em Luanda, incluindo as troikas, estará em condições políticas de implementar seja o que for em termos de projecto de salvação de uma capital que vai continuar a viver ao sabor dos remendos e das inaugurações de estradas de papelão.

1.5 Pobres cada vez mais pobres

Agora 03-01-2004

Nenhuma sociedade pode ser florescente e feliz, se a grande maioria dos seus membros forem pobres e miseráveis". Palavras do economista Adam Smith proferidas no século XVIII.

A verdade dessas palavras é ainda mais evidente hoje

em dia. O contraste entre ricos e pobres é cada vez mais gritante. Nas Filipinas, segundo o relatório do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2002, um terço da população vive com menos de um dólar por dia, valor que uma pessoa geralmente ganha trabalhando alguns minutos em nações ricas. O relatório, diz que 5% das pessoas mais ricas do mundo têm rendimentos 114 vezes superiores aos dos 5% mais pobres.

Enquanto alguns vivem em relativo conforto, milhões invadem terras e montam barracas onde podem. Outros não têm tanta sorte; vivem nas ruas, talvez dormindo sobre um pedaço de plástico ou de papelão. Muitos deles fazem o que podem para sobreviver - catam lixo, carregam objectos extremamente pesados, ou colectam matéria reciclável com carrinhos de mão.

As desigualdades entre os ricos e os pobres não existem apenas em países em desenvolvimento, mas, segundo o Banco Mundial, “bolsas de pobreza são comuns em todos os países”.

Do Bangladesh aos Estados Unidos, não importa quão boa seja a situação financeira de alguns, há os que lutam para ter um tecto e o suficiente para comer.

Um relatório publicado em 2001 indica que a lacuna entre os ricos e os pobres nos Estados Unidos continua a aumentar.

O estudo nota que metade de toda a renda doméstica no ano passado foi parar nas mãos dos 20% mais abastados da população. Os 2,5% mais pobres receberam 3,5% da renda. A situação é a mesma ou pior em muitos outros países. Um relatório do Banco Mundial mostrou que 57% da população mundial vive com uma renda que não dá para comprar nem um prato de comida por dia.

Para piorar a situação, em 2002, milhões de pessoas ficaram perturbadas com informações sobre executivos que se tornaram ricos sob circunstâncias questionáveis. Mesmo que não tenham feito nada flagrantemente ilegal, muitos acham que esses executivos, conforme declarado na revista *Fortune*, estavam a ficar extraordinária e obscenamente ricos” .Diante do contexto mundial, alguns analistas se interrogam como se pode justificar que algumas pessoas recebam verdadeiras fortunas, em alguns casos estimadas em centenas de milhões de dólares, quando tantos vivem na pobreza.

Esforços. Os esforços no sentido de se vencer a pobreza têm sido evidenciados por muitos governos. Uns mais que os outros.

As autoridades bem-intencionadas certamente têm apresentado propostas de mudança do quadro desolador em que se encontram os respectivos países. No entanto, o relatório de Desenvolvimento Humano de 2002 diz que muitos países estão mais pobres do que há 10, 20, e 30 anos, nalguns casos, apesar de muitos esforços nobres para melhorar a situação.

Apesar dos relatórios negativos que chegam de todo o mundo sobre a pobreza, há quem se mantenha optimista, achando que algo de concreto pode ser feito. Por exemplo, o Banco de Desenvolvimento Asiático declarou que a Ásia pode erradicar a pobreza em 25 anos.

Este banco recomendou o crescimento económico como meio para tirar a população das profundezas da miséria.

Outras organizações e governos já deram uma longa lista de sugestões e elaboraram inúmeros planos para tentar resolver o problema na base do estabelecimento de programas de seguro social, melhoria do nível de instrução, cancelamento da dívida dos países em desenvolvimento, eliminação das barreiras de importação para que os países com uma enorme população pobre possam vender os seus produtos de maneira mais fácil, e a construção de casas para os pobres.

Em 2000 a Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu objectivos a serem atingidos até 2015. Entre eles constam a eliminação da extrema pobreza, da fome e da intensa desigualdade de renda em alguns países. Mas alguns analistas indicam que “por mais nobres que sejam tais objectivos, muitas pessoas duvidam que possam ser atingidos até lá.

1.6 União Europeia disponibiliza USD 116 milhões para redução da pobreza

Angop 23-01-2004

A União Europeia disponibilizou 91 milhões de Euros (USD 116 milhões) a Angola, para a execução de três programas de apoio à estratégia de redução da pobreza e de criação de condições mínimas para a retoma económica do país. Para o efeito, a ministra angolana do Planeamento, Ana Dias Lourenço, e o chefe da delegação da Comissão Europeia em Angola, Glauco Calzuola, assinaram na manhã de hoje, em Luanda, uma convenção de financiamento para projectos de incidência social. Trata-se dos programas de Reforço do Fundo de Apoio Social (FAS III), o Projecto de Fornecimento de Água e Saneamento às áreas peri-

urbanas de Luanda e do Programa de Emergência de Desminagem de apoio ao Retorno e Reassentamento da População. Dentre estes projectos, a maior fatia orçamental vai para o programa de reforço do Fundo de Apoio Social, que se encontra na sua terceira fase, ao qual coube o montante de 45 milhões de euros, equivalentes a USD 57,2 milhões. O programa deverá ser executado num horizonte temporal de quatro anos. De acordo com a ministra Ana Dias Lourenço, o segundo programa, do qual se esperam resultados mais evidentes sobre as condições de vida dos cidadãos, é o que se estabelece no domínio da desminagem e do apoio ao regresso e reassentamento sustentável da população deslocada. O programa está orçado em 26 milhões de euros, quase 33 milhões de dólares, a ser igualmente implementado em quatro anos. O terceiro programa - fornecimento de água e saneamento em áreas peri-urbanas de Luanda - está avaliado em 20 milhões de euros (aproximadamente 25,4 milhões de dólares) e será executado, também, nos próximos quatro anos. Assim, serão gastos, anualmente, 29 milhões de dólares para a execução de cada programa. A governante sublinhou que estes apoios financeiros internacionais são, claramente, relevantes para a gestão macro-económica do país em direcção a uma estabilização dos principais agregados da economia angolana. A assinatura desta convenção com a União Europeia sucede a um encontro de balanço que a ministra Ana Dias Lourenço manteve, segunda-feira, com o director executivo do Banco Mundial para a África Austral, Louis Kasekende, com o qual abordou o estado de evolução dos projectos financiados por aquela instituição financeira internacional.

1.7 Pobreza na agenda dos mais ricos

Diário notícias 24-01-2004

O secretário-geral das Nações Unidas convidou a comunidade internacional para uma cimeira em Junho, em Nova Iorque, destinada a recentrar a agenda internacional no combate à pobreza e na ajuda ao desenvolvimento.

«Nos últimos dois anos, a guerra do Iraque e outros acontecimentos desviaram perigosamente a nossa atenção», afirmou Kofi Annan, perante o Fórum Económico Mundial, reunido em Davos. Para Annan, chegou a hora de «reequilibrar a agenda internacional», nomeadamente recuperando de algumas iniciativas anteriormente lançadas pela ONU.

Em seu entender, a organização deve assumir acções que garantam a segurança e o bem-estar, não apenas dos «mais privilegiados, compreensivelmente

preocupados com o terrorismo e as armas de destruição maciça», mas igualmente dos «milhões que enfrentam as bem mais familiares ameaças da pobreza, da fome e das doenças mortais». «A situação criada pela pobreza, as desigualdades e a marginalização chegaram a um nível crítico», disse Annan, antes de apelar aos homens de negócios, os quais «têm especial interesse em prevenir que o sistema de segurança internacional resvale novamente para uma competição selvagem baseada na lei da selva».

A Cimeira de Junho deverá ter como ponto de partida o Global Compact, um documento na ONU subscrito, há cinco anos, por 1200 empresários de 70 países empenhados em combater a pobreza, a corrupção e epidemias como a SIDA. Igualmente em cima da mesa estarão as conclusões da Cimeira do Milénio, realizada em 2000, na qual a maior reunião de chefe de estado da história se comprometeu a erradicar a pobreza, a fome e as doenças até 2015.

Para Annan, uma das prioridades da cimeira de Junho passa pela eliminação dos subsídios à agricultura nos países ricos, apontados como factor de agravamento da crise no hemisfério Sul.

1.8 Angola incluída na Lei norte-Americana de oportunidade de Crescimento Africano

Ibinda.com 05-01-2004

Luanda-Angola foi designada beneficiária da Lei norte-americana de Oportunidade de Crescimento Africano (AGOA), num despacho assinado pelo Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, noticiou este fim-de-semana a agência PANA.

Revista anualmente, a decisão foi promulgada por Bush obedecendo a critérios de carácter económico e político, de acordo com fonte dos Serviços de Imprensa da Embaixada dos EUA em Angola citada pela agência africana. A medida anual define os países em progresso contínuo rumo à economia de mercado, cumprimento da lei do comércio livre, políticas económicas que visam a redução da pobreza e a protecção dos direitos dos trabalhadores.

Entre os países beneficiários da AGOA estão África do Sul, Botswana, Camarões, Tchade, Congo Brazzaville, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné Conacry, Gâmbia, República Democrática do Congo, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Ilhas Maurícias, Namíbia, Níger, Nigéria, Quénia, Ruanda, Senegal, Ilhas Seicheles, Serra Leoa, Swazilândia, Tanzânia, Uganda e Zâmbia.

2 EDUCAÇÃO

2.1 Ministro da Educação pede apoio da UNESCO

Angop 13-01-2004

Luanda, 13/01 - O ministro da Educação, António Burity da Silva, pediu hoje, em Luanda, a colaboração da UNESCO no sentido de sensibilizar os doadores internacionais em apoiar Angola nos programas e projectos de reconstrução, nos domínios da competência da organização. Burity da Silva fez este pedido no encontro que manteve com o director geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Koichiro Matsuura, em Angola desde a tarde de hoje, para uma visita de três dias. O titular da educação deu a conhecer ao responsável máximo da UNESCO sobre os problemas que o país enfrenta desde o conflito armado que devastou injustamente Angola e que impossibilitou o seu desenvolvimento.

“Face ao novo contexto político angolano, o Governo pretende que a UNESCO seja um interlocutor, mediador, pesquisador e advogado junto da comunidade internacional para o apoio da reconstrução de Angola, especialmente nos domínios da sua competência”, disse. Na óptica de Burity da Silva, o Governo angolano tudo tem feito para desencorajar a solução dos problemas através da violência que provoca violência, primando pelo diálogo, respeito pela diferença, transparência e justiça social. Koichiro Matsuura ficou a saber igualmente que as autoridades angolanas tem apelado à vários segmentos da sociedade, entre os quais religiosos, parlamentares, cientistas, políticos e jornalistas, para o cultivo de uma mensagem de tolerância, salvaguarda dos direitos humanos que devem ser incorporados na vida do ser humano.

Angola foi admitida na UNESCO em Novembro de 1976, em Nairobi (Kénia), durante a 29ª sessão da Conferência Geral, e em Março de 1977 tornou-se Membro de pleno direito. A adesão deveu-se à necessidade do país se identificar e participar efectiva e activamente na materialização dos objectivos universais definidos em 1946 pela UNESCO no seu acto constitutivo. A reunião entre António Burity da Silva e Koichiro Matsuura foi presenciada pelos ministros da Juventude e Desportos, Marcos Barrica, da Família e Promoção da Mulher Cândida Celeste, da Cultura, Boaventura Cardoso.

2.2 Ministro da educação impede “caso Falcone” na UNESCO

VOA 13-01-2004

O director geral da UNESCO, Koichiro Matsuura, que iniciou hoje uma visita de três dias a Angola, foi impedido pelo ministro da Educação, Burity da Silva, de responder à pergunta se estaria ou não convencido da legalidade da nomeação de Pierre Falcone em para a representação de Angola nesta organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, alegando que outras oportunidades iriam surgir para os jornalistas.

O director geral da UNESCO falou dos objectivos da sua visita a Angola, realçando as boas relações existentes, o bom momento que o país vive o que tem permitindo a sua organização implementar projectos de cooperação nas áreas da educação.

“Gostaria de saber as estratégias para a UNESCO poder ser mais activa e mais dinâmica na área da educação particularmente e outras áreas como no campo e a cooperação com outros membros do sistema das Nações Unidas”.

Koichiro Matsuura disse igualmente que a UNESCO pretende estabelecer um novo papel e uma nova estratégia, com o objectivo de ajudar o povo angolano nesta fase de revisão do sistema educativo em Angola, tendo em conta que a educação é a base fundamental de toda e qualquer Nação.

Em Angola, o director da UNESCO vai proceder ao lançamento da consulta sobre o “Plano Nacional de Educação para Todos” e vai efectuar visitas ao Museu da Escravatura, as obras da cidade universitária, Centro de formação de Jornalistas e a escola do ensino de base em Viana, um projecto financiado pelo Japão e vai ter uma audiência com o Presidente da República.

Para além dos encontros mantidos com o ministro da Educação e presidente da comissão nacional para a UNESCO, Burity da Silva, e das Relações Exteriores, João Miranda, vai manter também encontros com representantes das agências da Nações Unidas no país.

2.3 Primeira universidade privada de Angola arranca em Fevereiro

Diario noticias 26-01-2004

O primeiro estabelecimento de ensino superior de Angola vai abrir já em Fevereiro. A Universidade Independente de Angola (UniAngola) resulta de um convénio com a Universidade Independente de Portugal (Uni), informou esta segunda-feira ao Diário Digital o vice-reitor deste último estabelecimento.

Segundo Rui Verde, neste primeiro ano, a UniAngola vai leccionar quatro cursos: Engenharia dos Recursos

Naturais e Ambiente, Engenharia Civil, Engenharia Informática e Ciências da Comunicação.

«A ideia surgiu ao verificarmos que um quinto dos nossos alunos vem de Angola. Assim, em vez de virem eles à Uni, vai a Uni a Angola», precisou o vice-reitor da Uni. Partilhar os conhecimentos académico-científicos e tecnológicos é o objectivo destas duas universidades. As inscrições vão abrir no mês de Fevereiro e qualquer estudante, quer angolano quer português, e mediante as condições de acesso ao ensino superior, pode-se candidatar. O início das aulas está previsto para Maio. O angolano Carlos Burity da Silva será o reitor da Universidade Independente de Angola. Entretanto, na quinta-feira, a Uni Portugal celebra dez anos de ensino e irá realizar uma cerimónia para assinalar esta data. Durante o evento, que contará com a presença do ministro da Educação angolana, António Burity da Silva, proceder-se-á à entrega dos diplomas.

2.4 Educação em Benguela prevê matricular 550 mil alunos

Angop 24-01-2004

Quinhentos e cinquenta mil alunos serão matriculados durante o presente ano lectivo do ensino pré-escolar ao ensino médio em toda a extensão da província de Benguela, apurou o "JA" junto do chefe de Departamento Provincial de Educação, Joaquim Pinheiro.

Segundo o responsável, as matrículas atingiram esta cifra devido ao acréscimo de escolas registado durante o ano 2003, o que vai tornar possível o ingresso de crianças que durante o ano lectivo findo ficaram sem estudar por falta de professores ou salas de aulas, como é o caso de algumas comunas e aldeias do interior da província.

Quanto ao corpo docente, Joaquim Pinheiro referiu estar tudo assegurado no quadro do programa 1.º emprego que o sector viu reforçado na província ao admitir 4.500 professores durante o ano passado e que vão ministrar aulas onde forem colocados.

Em relação aos 400 professores que não se apresentaram nas escolas do interior da província por alegarem falta de condições, garantiu ter-lhes sido levantado um auto de abandono do local de serviço.

"É dever da Direcção da Educação garantir as condições de trabalho, para que sejam ministradas as aulas. Quanto ao resto, devem ser os próprios a zelarem por aquilo que lhes falta. Eles recebem salários e não existe nenhum compromisso da parte da Educação em proporcionar outras condições", defendeu Joaquim

Pinheiro.

Por outro lado, a Direcção Provincial de Educação de Benguela, vai arrancar em fase experimental de implementação do Programa de Reforma do Sistema Educativo, no presente ano lectivo com 8 mil 890 alunos para o qual foram seleccionados 254 professores. Para o referido programa, foram seleccionadas 65 escolas públicas e 5 do ensino privado em toda a extensão da província de Benguela, revelou o chefe do Departamento de Educação.

2.5 Estudar vai ficar caro... e no Piaget pior

Angop 24-01-2004

Em causa estão aumentos na ordem dos 20-40% em alguns cursos. O mais caro, segundo pudemos apurar, passará a ser o curso de medicina cuja mensalidade para o primeiro ano fica orçada em 500 dólares por mês. Logo ao início da semana, os alunos da Universidade Jean Piaget foram surpreendidos pela Direcção daquela instituição com um avultado aumento das propinas que poderá entrar em vigor no próximo ano lectivo, uma vez que o presente ano se encontra já em época de exames.

Em causa estão aumentos na ordem dos 20-40% em alguns cursos. O mais caro, segundo pudemos apurar, passará a ser o curso de medicina, cuja mensalidade para o primeiro ano fica orçada em 500 dólares ao mês. Isso mesmo. Não se assuste. 500 Dólares ao mês. O que, para um país como o nosso, é a demonstração da maior aberração e algo que inadmissível, dizem alguns alunos e encarregados de educação.

Embora seja ponto assente que em qualquer parte do mundo o curso de medicina é, sem dúvidas, o mais caro, por variadas razões, o mesmo não se poderá dizer dos valores astronómicos cobrados, e que não levam em conta o factor qualidade. Naquela instituição os aumentos não ficaram apenas pelo curso de medicina. Cursos como de Economia e Engenharia de Petróleos e Informática sofreram também um incremento. Dos anteriores 300 e 350, respectivamente, passarão doravante a pagar cerca de 340 e no curso de economia e, 380 as engenharias. Para já, alguns estudantes ligados à associação e que se encarregaram da denúncia, preferem manter o anonimato, embora garantam a continuidade de esforços no sentido de negociar com a Direcção dessa instituição, uma vez ouvidos os motivos de tal decisão que, segundo deram a entender, apanhou-os igualmente desprevenidos.

"Nós não queremos agitar os ai unos, mas achamos que

essa medida da Direcção é precipitada e não queremos que ela se mantenha. Vamos lutar como pudermos. E verdade que as regras do mercado são estas, mas os aumentos não devem ser feitos nesta base, sem se querer havido um aviso prévio", disse-nos um dos secretários da referida instituição.

A Universidade Piaget, como se sabe, foi recentemente açoitada pela morte de um aluno naquele estabelecimento de ensino superior, alegadamente pela falta de um posto médico para os primeiros socorros. Seguiu-se a isso uma onda de crises asmáticas de algumas alunas, devido a falta de condições higiénicas no acesso a escola e à ausência reiterada de aparelhos de ar-condicionado em algumas salas de aula.

Localizada no município de Viana, na zona da Caop, esta Universidade encontra-se neste momento a construir um Campus Universitário de grande envergadura, o que lhe conferirá o status de uma prestigiada Universidade. Após várias tentativas tendo em vista uma confirmação da situação, via telefone, não nos foi possível ouvir aquela Direcção que se esquivava da imprensa como o diabo da cruz. Na senda desta posição tomada, os alunos colocam mesmo a possibilidade de desistirem no próximo ano caso a situação se mantenha. Uns dependem dos pais, outras dos namorados, e outros dos seus próprios meios. Para Carmén Gouveia, estudante de medicina, "os aumentos a estes níveis indiciam que a escola quer que nós paguemos a construção do Campus e não só.

Isso na verdade é uma grande exploração. Querem que paguemos este valor, mas mesmo assim não têm uma série de coisas. Os Laboratórios, quantas vezes não têm materiais. Isso é uma lástima, às vezes até agulhas é difícil", disse contrita, vendo que, nestes valores, o seu curso poderia ser uma miragem.

Os mais atentos, contudo, encaram já a possibilidade de abandonar o estabelecimento caso a Direcção do Piaget insista em manter esses valores. Um outro factor que os alunos consideram que a universidade não terá levado em devida conta é o facto de os preços não serem muito atractivos para quem entre pela primeira vez. "Se é verdade que eles estão a fazer uma grande obra, também não é menos verdade que a nossa Universidade fica muito longe da cidade. Se este preço incluísse o alojamento no recinto, aí sim, mas enquanto isso ainda não é possível, estes preços serão uma roubalheira".

Outros alunos, apesar de bolsiros informam mesmo que a Direcção daquele organismo tem usado um discurso bastante musculado do tipo "fica quem quer,

quem pode... universidade não é para todos". Por isso, acusam a respectiva associação de ser muito permissiva para com as práticas grosseiras e ríspidas dos gestores.

Noutros estabelecimentos similares procurámos medir a pulsação, ou seja, os valores e a possibilidade dos mesmos aumentarem os seus valores. "O Piaget aumentou nós não temos nada a ver com isso", disse-nos grosseiramente um funcionário da Universidade Católica colocado ainda no antigo São José. Entretanto, apurámos que as propinas variam entre os 250-300 dólares norte americanos. Segundo outras fontes, "a Universidade Católica não pode cobrar muito mais porque é uma parceira social do Governo e beneficia do fundo de petróleos tal qual a pública Universidade Agostinho Neto", o que nos foi confirmado por um alto funcionário da Reitoria da UAN.

Se a Universidade Católica goza de bónus proveniente das receitas petrolíferas, o mesmo não se passa com as outras universidades.

Recentemente, Raul Araújo lembrou tal facto em entrevista a este jornal e pedia ao Governo que fosse mais justo. Enquanto isso não acontece, naquela Universidade os preços não são tão acessíveis assim. Um ano propedêutico, em média, ronda os 280 USD, ao passo que o primeiro ano oscila entre os 300-350. Recorde-se que a Universidade Lusíada de Angola foi a primeira Universidade privada. Por seu turno, o ISPra, Instituto Superior Privado de Angola, apresenta uma situação difícil para o ajustamento do ano lectivo. Ao contrário dos outros organismos que se encontram, neste momento, no fim do ano, o ISPra conta apenas fazê-lo nos próximos dois meses.

Os alunos mostram-se descontentes porque consideram que a Direcção do ISPra foi a causadora desta situação, na medida em que as obras que deveriam terminar antes do início do ano lectivo, apenas terminaram três meses depois, isto é, em Junho passado. Existe, por isso o receio entre os estudantes das uni-verdades privadas o que se evidencia no facto de as demais universidades poderem também aumentar. "Se não acontecer uma desistência da Direcção do Piaget e contando que os alunos não abdicuem deste organismo, as outras universidades irão seguir o mesmo caminho e aumentar os seus preços" .•

3 HIV/ SIDA

3.1 OMS intensifica medidas de combate à tuberculose e HIV em África

Lusa 21-01-2004

A Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou esta quarta-feira um plano de compatibilização entre os programas de luta contra a tuberculose e o HIV/Sida para intensificar o combate e conter a expansão da pandemia que atinge sobretudo o continente africano. Com esta colaboração, a OMS prevê controlar a co-infecção (tuberculose - HIV/Sida, uma associação mortífera), através de um tratamento global que facilitará o diagnóstico precoce, acesso aos antiretrovirais e a cuidados de saúde e de informação dos pacientes. Actualmente, cerca de 40 milhões de pessoas estão infectadas com o HIV, com cinco milhões de infecções anuais, enquanto um terço da população mundial está infectada com o bacilo da tuberculose.

Esta nova política define as acções necessárias de luta contra a dupla epidemia - tuberculose e Vírus da Imunodeficiência Adquirida (HIV) -, sobretudo em África, onde vivem 70% dos 14 milhões de pessoas duplamente infectadas, e dá conselhos claros aos países sobre as circunstâncias em que deverão tomar medidas.

3.2 Abertura das fronteiras causa aumento da Sida no país

Angop 27-01-2004

O vice-ministro da Saúde, José Van-Dúnen, disse hoje, em Luanda, que a constante mobilidade das pessoas pelas fronteiras do país, devido à paz, facilita o aumento de contaminação do HIV/Sida.

José Van-Dúnen fez esta afirmação à margem do Fórum de Consenso das ONG de Serviços de Sida iniciado hoje no Instituto Nacional de Saúde Pública, sob a égide da Rede Angolana das organizações de Serviços de Sida (ANASO). O encontro sob o lema “Um Olhar Para o Futuro” tem como objectivo criar e promover espaços de discussão, troca de experiência e conhecimento entre os participantes. Segundo o responsável, devido à paz no país, o risco de contaminação é maior nas zonas fronteiriças e centros urbanos com maior concentração populacional como as Lundas, Cunene, Luanda, Benguela, Huíla, Cabinda e Moxico. Adiantou que o combate à sida deve ser um esforço da sociedade civil para complementar os esforços do Governo, atendendo a gravidade de propagação da epidemia no país. O seu Ministério vai continuar, no ponto de vista da prevenção, aumentar informação para que as pessoas possam mudar de comportamento, garantir sangue seguro, dar maior

intensidade ao programa de corte vertical para que mães seropositivas tenham filhos saudáveis. Vão garantir a criação de centros de aconselhamento e testagem voluntária para que os jovens, quer sejam seropositivos quer seronegativos, possam assumir comportamentos que ajudem a diminuir a velocidade actual da contaminação da doença. Manifestou a disponibilidade de o ministério trabalhar para que o acesso aos anti-retrovirais aumente e se expanda em todo país, passando pelo melhoramento dos serviços gerais de saúde, medicamentos e formação constante dos profissionais da saúde. No fórum, com término previsto para quinta-feira, participam individualidades de diversas ONG, Igrejas e outros sectores da sociedade civil, visando, desta forma, obter-se uma resposta nacional multi-sectorial mais efectiva para o combate da doença. O encontro vai proporcionar uma reflexão sobre os últimos 10 anos da epidemia no país, aspectos dos direitos humanos, científicos e do movimento social, para se estabelecer metas e estratégias para o futuro.

4 GOVERNAÇÃO

4.2 Membros da Unita no GURN podem ser substituídos

VOA 09-01-2004

Algumas vozes dentro da UNITA defendem a substituição dos actuais representantes do seu partido no Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, GURN. E uma das figuras que assim pensa é o secretário para os assuntos económicos, Fernando Heitor.

Evocando a necessidade de arejar a equipa da UNITA no GURN, uma ideia defendida por outros sectores do partido, Fernando Heitor disse ter apresentado há alguns meses, à direcção do seu partido, uma proposta nesse sentido.

“Eu sou daqueles que defende que a UNITA devia fazer a substituição de algumas figuras que estão há muito tempo no governo para arejar um pouco e também para dar oportunidade a outros quadros do partido de ganhar experiência governativa. (...) Eu e outras figuras do partido já abordámos esta questão a nível interno. A direcção, certamente, vai tomar as medidas no momento oportuno” - enfatizou.

Resta saber se Isaías Samakuva vai levar em consideração esta ideia ou se vai manter a actual equipa. Com a aproximação de uma remodelação governamental, se Isaías Samakuva ceder às pressões de

alguns dos seus companheiros de direcção, certos membros da UNITA podem deixar de desempenhar funções no governo.

Mas de uma coisa parece estar seguro o dirigente da UNITA. O seu partido não pode retirar-se do governo, conforme têm sugerido algumas opiniões, por força dos acordos de paz.

“A UNITA sair do governo? Por amor de Deus. Ela está aí por força dos acordos. Se sair, será criticada. A UNITA já sofreu muitas críticas e os outros partidos têm de entender que a UNITA tem uma trajectória de muito sacrifício, de muito sofrimento e não é agora que ela vai tomar posições influenciadas por emoções”- frisou.

Ao avaliar a situação económica e social do país, Fernando Heitor reconhece haver uma certa estabilização no mercado de câmbios como resultado do pacote de medidas do Banco Nacional, mas diz que a inflação mantém-se.

Licenciado em economia, Fernando Heitor considera que tem havido um discurso eufórico sobre a questão da inflação.

“A taxa de câmbios estabilizou-se, mas os preços dos bens e serviços no mercado continuam a subir, embora em ritmo menor. Quer dizer que houve um abrandamento no aumento dos preços, mas não há uma abajamento dos preços. A informação que está a ser passada é de que a inflação baixou. Isto não é verdade”- disse.

Fernando Heitor diz que independentemente das medidas tomadas no domínio financeiro, o país tem de apostar na produção interna para garantir a oferta de bens e serviços e consequentemente baixar a inflação.

4.3 Angolanos regozijam-se com posição do governo face às acusações da Human Rights

Angop 15-01-2004

Lisboa, 15/01 (Da Delegação da Angop) - A comunidade angolana em Portugal manifestou hoje, em Lisboa, o seu apoio a posição do Governo, face à acusação feita pela organização não-governamental Human Rights Watch.

Nas várias reacções chegadas hoje a Angop, os subscritores, maioritariamente, membros de associações cívicas sediadas em várias localidades lusas, condenam com veemência as acusações, que as consideram infundadas, da autoria da referida organização que foram amplamente divulgadas em território luso.

A Human Rights Watch, acusa o legítimo governo angolano sem qualquer base de sustentação segundo as quais teriam desaparecido dos cofres do Estado mais de

quatro biliões de dólares americanos, provenientes de receitas do sector petrolífero, no período compreendido entre 1997 e 2002. Na opinião dos angolanos, na diáspora, o período em referência no comunicado distribuído terça-feira, coincide exactamente com uma das fases mais difíceis vividas no país, altura em que a guerra atingia níveis extremamente perigosos, pondo em risco a sua soberania.” Os subscritores de tal acusação nunca fazem referência ao grande esforço desenvolvido pelo governo angolano para tornar as suas fronteiras mais seguras, bem como os sacrifícios consentidos por todo o povo para o alcance da paz, único garante da unidade e reconciliação nacional, duramente conquistadas”, referem as notas.

Nas missivas, são recordados ainda o grande empenho de muitos responsáveis do governo que tornaram possível o alcance de uma paz até então difícil, alcançada somente depois que os angolanos decidiram resolver o conflito em fórum próprio. A comunidade, apoia e ao mesmo tempo reconhece uma vez mais o esforço e a sabedoria do Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, pelas suas qualidades e responsável pela conquista desta paz, condição indispensável para a instauração da democracia e desenvolvimento do país, que começa agora a dar passos seguros rumo ao relançamento da sua economia.

4.4 Credibilidade da Human Rights Watch posta em causa

Angop 15-01-2004

Luanda, 15/01 - O Governo angolano continuou a receber contribuições financeiras de organismos internacionais, sobretudo do Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), apesar das tentativas da organização não-governamental Human Rights Watch em manchar a imagem de Angola.

A afirmação é do ministro das Finanças, José Pedro de Morais, que falava aos jornalistas angolanos, quarta-feira a noite, numa conferência de imprensa convocada para esclarecimentos sobre as acusações feitas pela Human Rights Watch, através do seu relatório divulgado terça-feira, segundo as quais teriam sido supostamente desviados dos cofres do Estado, quatro biliões e 200 milhões de dólares provenientes das receitas de petróleo, no período entre 1997 e 2002.

“Não foi por causa destas acusações, já feitas em 2002, que a banca internacional deixou de conceder crédito a Angola, do mesmo modo que continuamos a receber assistência técnica das instituições financeiras internacionais, sobretudo do Banco Mundial e Fundo

Monetário Internacional”, comentou o governante.

Para José Pedro de Moraes, acusações do género têm grande respaldo nas sociedades onde estão enraizados tais organismos, particularmente naquelas nações que sempre duvidaram que Angola pudesse alcançar a paz e começar uma nova realidade sócio-política e de estabilidade económica.

“A Human Rights Watch não tem contactado o Estado angolano para fornecimento de dados económicos e financeiros”, frisou, acrescentando que tem sido feito uma ampla divulgação dos programas económicos através dos sites do Ministério das Finanças e do Governo.

“Se a Human Rights Watch quisesse, poderia ver que nas projecções dos últimos anos sobre as contas fiscais houve um relativo baixar das discrepâncias na ordem dos dois a cinco por cento”, esclareceu o ministro das Finanças de Angola.

4.5 Comissão de gestão vai governar Luanda

Ebonet.net 17-01-2004

O contestado governador de Luanda, Simão Paulo, acaba de perder o cargo. Com efeito, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, exonerou hoje o governador de Luanda e criou uma comissão de gestão que assumirá os destinos da cidade. A comissão de gestão, hoje nomeada para dirigir Luanda nos próximos seis meses será apresentada segunda-feira aos directores provinciais e administradores municipais, em cerimónia marcada para o Salão Nobre “Dr Agostinho Neto”, na sede do Governo desta capital. Hoje, através de decretos, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, exonerou o governador provincial de Luanda, Simão Mateus Paulo, os “vice’s” para as áreas Técnica e Económica, Diakumpuna Sita José e Eugênio da Conceição Alexandre Correia, respectivamente. A Comissão, ora designada, é coordenada pelo actual ministro da Obras Pública, Hígino Carneiro, integrando António Pereira Van-dúnem e Job Castelo Capapinha. Como atribuições, deverá propôr a alteração da divisão político-administrativa da cidade e a reorganização da estrutura dos serviços que integram o Governo da Província

4.6 Presidente da UNITA reconhece existência de livre expressão no país

Angop 21-01-2004

O presidente da UNITA, Isaiás Samakuva, reconheceu hoje, em Luanda, haver evolução positiva em termos de livre expressão no país, quer a nível dos órgãos da comunicação social estatais quer dos privados. “Hoje já se ouve nas nossas estações emissoras e lê-se nos jornais muita coisa que indica estarmos numa era diferente”, assinalou o líder do partido do “galo negro”, no termo da audiência que concedeu ao secretário-geral do Sindicato dos Jornalistas Angolanos (SJA), Ismael Mateus. O presidente do maior partido da oposição em Angola comentou, todavia, ser imperioso ainda remover alguns entraves, para que a liberdade de expressão no país seja mais abrangente. “Angola necessita de uma imprensa que seja cada vez mais informativa e formativa, para que neste processo da estabilização e democratização do país tome um papel activo e tenha o carinho da sociedade”, sublinhou.

Isaiás Samakuva frisou que a situação dos jornalistas merece a atenção da classe política e de toda a sociedade, sugerindo que o projecto da nova Lei de Imprensa deve ser submetido à consulta popular, antes de apresentado ao Parlamento para aprovação.

O presidente da UNITA aflorou com o secretário-geral do SJA, entre outros, aspectos inerentes a melhoria das condições de vida e de trabalho dos profissionais da comunicação social. Ismael Mateus tem agendados encontros do género com distintos líderes de partidos políticos, dos quais pretende colher opiniões que contribuam para a melhoria do exercício da actividade dos jornalistas.

4.7 UNITA quer jovens brancos

Apostulado 23-01-2004

A UNITA quer brancos nas fileiras da “Juventude Unida Revolucionária de Angola (JURA)”, o seu braço juvenil. A pretensão foi expressa pelo seu líder, Isaiás Samakuva, ao discursar na abertura da VI sessão do Comité Nacional, instância de direcção colegial da JURA, ocorrida quinta-feira em Luanda.

O herdeiro do defunto Jonas Savimbi venceu, na sua intervenção, «a necessidade do crescimento da organização, com militantes de todos os extractos sociais e todas as raças». Na última vertente, particularizou «os de etnia branca, para que a UNITA deixe de ser vista como uma força política racista». Tendo sublinhado o carácter multirracial de Angola, deplorou, ainda, o paradoxo de «não ter vislumbrado algum euro-descendente entre os participantes a este encontro magno». Exortou, em remate, os participantes a abordarem este ponto para encontrarem as vias tendentes à inversão do quadro.

Por sua vez, o Secretário-Geral da JURA, Piedoso Chipindo Bonga, assegurou que a sua organização se iria capacitar para enfrentar os desafios vindouros. A reunião iniciada ontem decorrerá até domingo e debruça-se sobre as tarefas preparatórias do 1º congresso idealizado para ter lugar este ano em Luanda. Fundada em 28 de Outubro de 1974, a JURA reclama-se de mais de 200 mil membros.

O Comité Nacional, composto de 55 membros, 15 dos quais pertencendo à Comissão Executiva, constitui a instância superior de direcção entre os Congressos.

4.9 Falcone: Paris pressiona Luanda

Expresso 24-01-2004

AS autoridades francesas decidiram esta semana pressionar as autoridades angolanas, depois de terem emitido um mandado de captura internacional contra o cidadão franco-brasileiro Pierre Falcone, acusado de comércio ilícito de armamento pela justiça francesa.

O negociante de armas - que se encontra em Angola sob a protecção do Governo angolano - não tem respondido às convocações dos juízes franceses e a sua defesa invoca a imunidade diplomática conseguida após a sua oportuna nomeação como ministro conselheiro angolano junto da UNESCO.

O mandado de captura internacional representa uma mudança na atitude da França em relação a este caso, porque o juiz que o lançou baseia-se num parecer do Ministério francês dos Negócios Estrangeiros, segundo o qual a imunidade de Falcone é limitada aos actos cometidos no exercício das suas funções.

Pierre Falcone é perseguido pela justiça francesa por ter vendido, em 1993, sem autorização do Governo de Paris, 435 milhões de euros de armas ao Governo angolano. Neste processo - no qual também é acusado Arcady Gaydamak, um sócio do «diplomata» angolano, actualmente refugiado em Israel - estão implicadas mais 15 pessoas, na maioria suspeitas de terem recebido comissões relacionadas com o negócio. Entre os acusados figura Jean-Cristophe Mitterrand, filho do ex-Presidente francês François Mitterrand.

4.10 Futura constituição prevê incriminação do presidente

VOA 28-01-2004

A futura Constituição angolana deverá consagrar o

princípio de responsabilidade criminal do Presidente da República por actos cometidos no exercício das suas funções. Esta é uma das inovações do ante-projecto apresentado hoje à Comissão especializada da Assembleia Nacional. Segundo o projecto constitucional, neste caso, a iniciativa do processo caberá à Assembleia Nacional mediante a proposta de um quinto dos deputados e aprovação por maioria de 2/3 dos parlamentares em efectividade de funções. De acordo ainda com documento hoje distribuído aos membros da Comissão Constitucional, por crimes estranhos ao exercício das suas funções, o Presidente da República responde perante o Tribunal Supremo, depois de findo o mandato.

A futura Carta Magna de Angola prevê ainda a destituição do Presidente da República em casos de traição à Pátria e espionagem, suborno, peculato, corrupção e reiterada violação à Constituição e às leis vigentes.

Embora Angola tenha adoptado o sistema semi-presidencialista, o Presidente da República vai continuar a estar dotado de fortes poderes, uma vez que continuará a ser o Chefe de Estado, Chefe do Governo e Comandante em Chefe das Forças Armadas, com autoridade para decretar a dissolução da Assembleia Nacional quando tal medida se justificar. A Constituição prevê também a criação da Comissão Nacional dos Direitos Humanos, instituída por iniciativa do Parlamento, e que terá como atribuições a promoção, a divulgação e a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Segundo o documento que temos vindo a citar, é considerado angolano de origem, os descendes de pai ou mãe de nacionalidade angolana, nascidos em Angola ou no estrangeiro. A Constituição prevê ainda a criação de um Conselho Nacional para os Assuntos Locais, órgão consultivo da Assembleia Nacional, que entre outras atribuições deverá apresentar ao Parlamento e ao Governo propostas sobre a formulação de políticas que contribuam para a eficiência da administração local e do estado, dos órgãos e instituições do poder local. Para além do preâmbulo, a futura Constituição está dividida em sete partes, nomeadamente os Princípios e Objectivos Fundamentais do Estado; Direitos, Liberdades e Garantias Fundamentais; Organização Económica e Social; Organização do Poder Político; Poder Judicial; Defesa e Segurança e por último Garantia e Controlo da Constitucionalidade. O documento, que comporta 351 artigos, foi elaborado em quinze meses, devendo ser agora submetido a apreciação dos partidos políticos e da sociedade civil.

5 PAZ E RECONSTRUÇÃO NACIONAL

5.1 PR quer acções conjuntas para ajuda à reconstrução do país

VOA 12-01-2004

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, pediu ao corpo diplomático acreditado no país a concretização de acções conjuntas que permitam à comunidade internacional materializar finalmente a prometida ajuda à reconstrução de Angola.

O Chefe de Estado falava ontem, no Palácio Presidencial da Cidade Alta, em Luanda, na cerimónia de apresentação de cumprimentos de ano novo aos embaixadores dos países com representação diplomática em Angola. "Sem esta ajuda, será mais lento e mais demorado o processo que Angola conduz para fazer face às difíceis consequências de uma guerra de mais de quatro décadas, que atingiu todo o seu tecido humano e social e danificou de forma grave todas as suas infra-estruturas essenciais", disse o Chefe de Estado. Aos chefes de missões diplomáticas estrangeiras acreditados no país, José Eduardo dos Santos fez saber que "os encargos que o Governo suporta para superar essas dificuldades e para o reassentamento das populações deslocadas e a reintegração social dos desmobilizados, ultrapassam em muito os recursos actualmente disponíveis para o efeito, apesar do apoio pontual e regular de muitos dos países aqui representados".

"Uma acção internacional de grande envergadura, a exemplo do que ocorreu noutros países que viveram situações similares às que nós vivemos, poderia criar as condições favoráveis ao mais rápido relançamento da economia angolana, com resultados que certamente beneficiariam também todos os que nela interviessem", afirmou o Presidente da República. O Chefe de Estado lembrou que "o enorme potencial de Angola em recursos naturais e humanos, associado às políticas definidas para a sua valorização, abre um imenso campo de possibilidades para diversos negócios, criando oportunidades para investimentos praticamente em todos os domínios da actividade económica".

O Presidente da República reconheceu que a acção diplomática dos embaixadores acreditados no país "tem permitido desfazer muitos mal entendidos e superar obstáculos que no passado ainda criaram dificuldades a um melhor relacionamento".

O aprofundamento do processo democrático em curso,

aliado à consolidação da paz e ao início da estabilização macro-económica concorre, de acordo com o Chefe de Estado, para a existência desse novo ambiente político e social. O Presidente da República anunciou que está a ser preparado para este ano "um decisivo passo em frente que deverá começar pela implementação de todos os programas pendentes para só depois definirmos novas metas e tarefas". O Presidente Eduardo dos Santos reafirmou a orientação aos governantes no sentido de executarem com rigor o Programa do Governo e o respectivo Orçamento para este ano e de criar as condições para assegurar a aprovação da nova Constituição e a elaboração de uma nova lei eleitoral que permita convocar as próximas eleições gerais. Quanto à reconstrução e desenvolvimento do país, o Presidente da República pediu firmeza na hora de se perspectivar novos desafios para o futuro e de submeter à apreciação de todos uma proposta de estratégia de longo prazo do Governo, que mereça o consenso de todos os partidos políticos e da sociedade civil. "Estou certo de que neste processo vamos poder continuar a contar com a compreensão e o apoio de todos os países que sempre estiveram ao lado de Angola, mesmo nos momentos mais difíceis da nossa história recente", disse.

O Presidente da República disse que "no ano que findou Angola deu mais uma vez provas de que pretende ser um parceiro fiável no plano internacional, participando com sentido de responsabilidade e visão". "Essa participação ganhou maior visibilidade nesse período porque Angola presidiu durante um mês aos trabalhos do Conselho de Segurança das Nações Unidas e durante um ano à SADC, para além do empenho manifestado em outras organizações continentais, regionais ou ligadas pela língua portuguesa", ressaltou. O Chefe de Estado, que augura uma acção concertada de toda a comunidade internacional, manifestou o seu desejo de ver superado os conflitos no Sudão, na Somália, no Burundi, Colômbia, Médio Oriente e no Iraque e que se abram perspectivas para um mundo mais seguro, assente na Justiça e no Direito. O Presidente da República afirmou a disponibilidade do país para "estar sempre a favor de todas as medidas que levem à solução pacífica e pelo diálogo dos conflitos", e lamenta "o recurso à força e às armas em particular, que ainda prevalece em muitas regiões do mundo, e especialmente em África".

5.2 Angola prepara unidade militar para missões de Paz

VOA 29-01-2004

Angola começou já a preparar a primeira unidade militar que vai ser colocada a disposição da União Africana para eventuais missões de paz. A revelação foi

feita à Voz da América, pelo vice-ministro da Defesa, o Almirante Gaspar Rufino. Gaspar Rufino disse que o primeiro batalhão que vai integrar a força africana de manutenção de paz, deverá estar apto até finais do primeiro trimestre deste ano. A criação de uma força africana, no quadro do projecto de defesa da União Africana, foi tema de análise da reunião dos ministros de Defesa e da Segurança do continente que terminou na terça-feira, em Addis-Abeba, capital etíope. A criação da força africana, a ser composta por cinco brigadas regionais, terá à partida, a missão de prevenir e intervir em casos de conflitos internos, genocídios e catástrofes humanitárias no continente africano. Pretende-se com a iniciativa, banir as ameaças internas e externas, reforçar a cooperação no domínio militar, consolidar a soberania nacional, promover a confiança e instaurar uma cultura de paz e de coexistência pacífica entre os Estados membros da União Africana. Falando em exclusivo a Voz da América, o vice-ministro da Defesa destacou o nível de preparação dos efectivos das Forças Armadas Angolanas que vão integrar a força africana de manutenção de paz

“Essas missões apresentam-se não só difíceis, mas com alguma complexidade. Então, só quadros muito bem preparados poderão estar em condições de participar nestas missões”- referiu. Para o Almirante Gaspar, a participação de Angola na Força Africana constitui uma necessidade imperiosa.

“Por isso mesmo, o trabalho que está a ser feito deve continuar até que a primeira unidade esteja preparada. É evidente que a nossa participação será feita com o tipo e o número de unidades que o país tiver disponível”- rematou. As autoridades angolanas pensam que a experiência angolana no domínio militar pode servir as operações de manutenção de paz em curso no continente. Com um exército composto por mais de cem mil homens, Angola esteve envolvida numa civil de guerra de 27 anos, tendo igualmente intervindo militarmente no Congo Brazaville e na Republica Democrática do Congo.

5.3 BM vai empenhar-se na organização da Conferência de Doadores

Angop 21-01-2004

Luanda, 21/01 - O director executivo do Banco Mundial para a África Austral, Louis Kassekende, assegurou hoje, em Luanda, que a instituição não está alheia às expectativas de organização de uma Conferência Internacional de Doadores, que vai acabar por acontecer, a seu tempo. As garantias foram manifestadas à imprensa pelo alto funcionário, à saída de uma audiência com o primeiro-ministro, Fernando

da Piedade Dias dos Santos, a quem foi dar conta dos resultados das consultas que vem mantendo com variadas personalidades da equipa económica do Governo. Louis Kassekende, que revelou ser também o chefe dos escritórios de representação dos interesses de Angola junto desta instituição financeira internacional, disse que nesta qualidade, vai jogar o seu papel no processo de organização do esperado conclave. No seu entender, nada obsta a que a conferência não se realize, uma vez que são evidentes os esforços que o Governo angolano vem demonstrando neste sentido. A título ilustrativo, disse que “não é fácil implementar políticas e programas pós-conflito como Angola o está a fazer, de forma exitosa, nos domínios do reassentamento e reintegração social de milhares de angolanos”. De resto, o alto funcionário do Banco Mundial esclareceu que o objectivo principal da sua visita a Angola visou, essencialmente, manter consultas com as autoridades angolanas sobre o estado de implementação dos seus programas económico e social.

Estas consultas incidiram, fundamentalmente, sobre os programas macro-económicos, de desmobilização dos ex-militares e reassentamento das populações e de combate à pobreza. Desde o passado domingo que está em Angola, Louis Kassekende manteve encontros de trabalho com a equipa económica do Governo, chefiada pelo ministro-adjunto do primeiro-ministro, Aguinaldo Jaime, e com os titulares do Planeamento, Transportes, Saúde e da Assistência e Reinserção Social. De nacionalidade ghanense, Louis Kassekende, que visita Angola pela primeira vez, deixa Luanda quinta-feira.

5.4 País aposta no plano nacional para os direitos humanos

Angop 21-01-2004

Luanda, 21/01 - A comunidade internacional vai trabalhar com o governo angolano para a elaboração do plano nacional de acção para os Direitos Humanos (DH) em Angola.

Para o efeito, está desde terça-feira no país a consultora Organização das Nações Unidas (ONU) para os Direitos Humanos, Vera Duarte, com o objectivo de trabalhar com o Ministério da Justiça e com os representantes do alto comissariado da ONU para os DH.

A sua chegada, Vera Duarte disse à imprensa que em Angola estão reunidas as condições para se começar a dar passos positivos, com vista a se evitar atropelos aos Direitos Humanos, uma vez que o país está em paz e o

governo mostra disposição para trabalhar em prol dos Direitos Humanos.

A missão de Vera Duarte, também tem como objectivo conhecer a realidade local mas, segundo disse, só depois da sua estadia é que poderá dar qualquer depoimento baseado naquilo que for visto durante os dias de trabalho.

“O facto do país ter saído de uma situação de guerra que durou dezenas de anos já diz que a situação não deve ser muito boa” admitiu.

Em Angola haverá muito a fazer em matéria de Direitos Humanos, porque a guerra proporciona situações contínuas de violação mas, eu penso que ao longo destes anos de paz alguns passos já começaram a ser dados, concluiu.

5.5 Situação humanitária em Angola melhorou, segundo a ONU

Ebonet.net 21-01-2004

Em consequência, a ONU vai “readaptar progressivamente” os seus mecanismos de coordenação. A ONU reconheceu esta semana que a situação humanitária em Angola “melhorou significativamente” em 2003 fruto das acções levadas a cabo conjuntamente pelo governo angolano e pelos seus parceiros.

De acordo com o coordenador residente das Nações Unidas em Angola, Mário Ferrari, a organização mundial deverá por isso “readaptar progressivamente” os seus mecanismos de coordenação interna à nova fase de transição no país. O funcionário da ONU discursava terça-feira, em Luanda, na primeira reunião do ano do grupo de coordenação humanitária.

Com o apoio das agências da ONU, organizações não governamentais e doadores, disse, foram implementadas estratégias e programas para estabilizar a vida das populações afectadas pela guerra.

Mas indicou que não obstante as melhorias verificadas em 2003 “muito deverá ainda ser feito” para remover as minas e melhorar as vias de acesso do país, permitindo o contacto com as comunidades e a livre circulação de pessoas e bens.

Insistiu na necessidade das comunidades merecerem uma atenção particular para que possam fortalecer os mecanismos de auto-sustentação e de crescimento. Isso permitirá consolidar-se os serviços sociais básicos, contribuindo assim para a sua estabilização em resposta às necessidades fundamentais da população, explicou.

“O governo e os seus parceiros podem ajudar Angola a entrar definitivamente numa fase de renovação, caso os resultados encorajadores registados em 2003 sejam consolidados este ano, através de acções humanitárias intensas e bem dirigidas”, disse a terminar Mário Ferrari.

5.6 Refugiados estão a regressar por risco e conta própria

VOA 22-01-2004

As inúmeras dificuldades que os refugiados angolanos enfrentam nos campos onde se encontram nos países vizinhos, tem provocado o movimento de regresso destes por conta própria, apesar dos riscos, como o accionamento de minas, serem devorados por animais ou sucumbirem de fome.

O caso mais recente é de um grupo de 100 refugiados que abandonou o campo de Nangueze, na Zâmbia, e marchou a pé mais de 500 quilómetros até atingir a localidade namibiana do Runtu, tendo como destino final a província do Kuando Kubango.

De acordo com a representante em Menongue do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, a questão já foi ponderada, pelo que serão contemplados nos planos de distribuição de sementes aos repatriados.

Pene Lopez Mutene, a chefe do referido escritório, revelou à Voz da América que apesar do repatriamento encontrar-se suspenso, estão a ser criadas as condições logísticas para o transporte de mais refugiados.

“Há pessoas que tentam regressar espontaneamente, mas nestes dias chegou um grupo de 100 pessoas que veio do campo de refugiados de Nangueze e tiveram muitas dificuldades para chegar”.

No quadro da operação de repatriamento de refugiados que o conflito angolano havia levado para países vizinhos 9405 entrevistados pelo ACNUR nos campos de Nangueze, na Zâmbia e Oziri, na Namíbia, tinham indicado a província do Kuando Kubango como seu destino final.

5.7 Angola beneficia-se de projectos alimentar da África Central

Angop 26-01-2004

Luanda, 26/01 - A Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) vai implementar

grande parte dos seus projectos de segurança alimentar em Angola e na República Democrática do Congo (RDC), afirmou hoje, em Luanda, fonte do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (Minader). De acordo com o director do Gabinete de Segurança Alimentar, David Tunga, os chefes de Estado da CEEAC acreditam que, devido as boas condições naturais destes países (rios, terras aráveis e solos férteis), maior parte dos programas serão implementados nesses estados. As estimativas provisórias das necessidades de investimentos brutos na agricultura da comunidade estão avaliadas em 20 biliões e 513 milhões de dólares, de acordo com o Programa Regional de Segurança Alimentar (PRSA) para os países da CEEAC. Deste montante, seis biliões e 178 milhões de dólares e USD três biliões e 155 milhões serão investidos na agricultura da RDC, nos sectores da irrigação, ordenamento de terras, estabelecimentos de culturas, equipamentos, produção animal, agro-indústria e marketing.

Três biliões e 155 milhões destinam-se para o fomento agrícola em Angola, nos sectores da irrigação (239 milhões), ordenamento de terras (349) e estabelecimento de culturas (130 milhões de dólares). A área de equipamentos caberá 842 milhões de dólares, enquanto as (áreas) de produção animal, agro-indústria e marketing consumirão, 150 milhões, 542 e 543 milhões de dólares, respectivamente.

David Tunga disse que, os projectos a materializar nos referidos estados serão definidos na 11ª Cimeira dos Chefes de Estado, que decorre a partir de hoje, em Brazzaville (República do Congo) e posteriormente serão enviados para os respectivos países. Na reunião, com término previsto para esta terça-feira, os presidentes da CEEAC vão aprovar e ratificar o relatório da décima cimeira realizada de 21 a 22 de Janeiro do ano transacto, em Libreville (Congo). Angola está representada no evento pelo primeiro-ministro Fernando Dias dos Santos. A CEEAC, com uma superfície total de 6.7 milhões de quilómetros quadrados, é integrada por Angola, Burundi, Tchad, Camarões, Rwanda, São-Tomé e Príncipe, Gabão, Guiné Equatorial, RDC e República Democrática do Congo e a República Centro Africana. Possui uma população estimada em 112 milhões de habitantes.

5.8 Observância dos Direitos Humanos ainda é uma miragem

VOA 26-01-2004

Apesar do fim da guerra, a situação dos direitos humanos em Angola não conheceu mudanças significativas. A constatação é da consultora das Nações Unidas para os direitos humanos, Vera Duarte que durante alguns dias se encontra em Luanda. Segundo a

funcionária das Nações Unidas, em Angola constata-se ainda graves violações dos direitos humanos. Vera Duarte sustenta que grande parte da população não tem acesso à água potável, alimentação, emprego, serviços de saúde e educação.

No final do encontro que manteve com o Presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida, Vera Duarte reconheceu, entretanto que o governo tem dado alguns passos no sentido de inverter a situação dos direitos humanos.

“Penso que desde que se começou a implementar o processo de paz, há passos positivos que tem sido dados nesta matéria. Mas ainda há violação dos direitos humanos”- enfatizou. Uma outra questão que abordou com o Presidente da Assembleia Nacional é o projecto da futura Constituição cujo texto vai ser apresentado oficialmente amanhã. Vera Duarte, que é também juíza conselheira do Tribunal Supremo de Cabo Verde, foi informada pelo Presidente da Assembleia Nacional de que a Constituição angolana poderá ser aprovada apenas em 2005.

“Indicativamente o senhor Presidente da Assembleia Nacional pensa que a Assembleia Constituinte poderá ter lugar em Dezembro. Mas é apenas uma indicação, na medida em que Angola, tendo a dimensão que tem e considerando que é um processo que se pretende participativo, pode acontecer que haja algum atraso. Portanto, dilatando-se um pouco mais, em 2005 Angola poderá ter uma nova Constituição”- referiu. A futura Constituição vem sendo discutida há cerca de cinco anos, tendo sido já aprovados os princípios gerais e seleccionados os símbolos nacionais que estarão incorporados ao texto constitucional.

6 SERVIÇOS BASICOS

6.1 Luandenses consomem cada vez menos água

Jornal de Angola 18-01-2004

Cada cidadão da província de Luanda consome em média 70 litros de água potável/dia, ao contrário dos 150 recomendados pelas Nações Unidas, disse ontem a chefe do departamento comercial da Empresa de Distribuição de água de Luanda (EPAL), Albertina Neto.

Segundo a responsável, apesar de ser metade da quantidade estimada não influencia na saúde das pessoas, acrescentando que o volume de água a consumir depende da condição social do

indivíduo. Apesar de haver uma produção a 100 por cento a partir da estação de Kifangondo, município de Cacuaco, que abastece seis dos sete centros de distribuição da cidade através dos sistemas um e dois, a água não satisfaz a todos. Como consequência, a Epal recebe diariamente 30 a 40 reclamações. O sistema três é abastecido pela estação do Kikuxi, município de Viana, inaugurado no final de 2002.

Dos quatro milhões de habitantes da cidade, estima-se que apenas aproximadamente 40 por cento beneficia de água canalizada. A Epal tem registados apenas 115 mil clientes, entre residências e empresas. Os cidadãos de Luanda vivem sérios problemas no consumo de água potável, devido sobretudo a rupturas nas condutas e ao crescimento demográfico registado na capital. Segundo o chefe de departamento de Comunicação e Imagem da Epal, Dilson Cunha, a sua instituição tem trabalhado para solucionar estas situações, mas a forma desorganizada como foram construídas muitas residências dificulta a sua acção. Cada cidadão da província de Luanda consome em média 70 litros de água potável/dia, ao contrário dos 150 recomendados pelas Nações Unidas, disse ontem a chefe do departamento comercial da Empresa de Distribuição de água de Luanda (EPAL), Albertina Neto.

Segundo a responsável, apesar de ser metade da quantidade estimada não influencia na saúde das pessoas, acrescentando que o volume de água a consumir depende da condição social do indivíduo. Apesar de haver uma produção a 100 por cento a partir da estação de Kifangondo, município de Cacuaco, que abastece seis dos sete centros de distribuição da cidade através dos sistemas um e dois, a água não satisfaz a todos. Como consequência, a Epal recebe diariamente 30 a 40 reclamações. O sistema três é abastecido pela estação do Kikuxi, município de Viana, inaugurado no final de 2002.

Dos quatro milhões de habitantes da cidade, estima-se que apenas aproximadamente 40 por cento beneficia de água canalizada. A Epal tem registados apenas 115 mil clientes, entre residências e empresas. Os cidadãos de Luanda vivem sérios problemas no consumo de água potável, devido sobretudo a rupturas nas condutas e ao crescimento demográfico registado na capital. Segundo o chefe de departamento de Comunicação e Imagem da Epal, Dilson Cunha, a sua instituição tem trabalhado para solucionar estas situações, mas a forma desorganizada como foram construídas muitas residências dificulta a sua acção.

6.2 Higinho Carneiro coordena administração da província de Luanda

Jornal de Angola 19-01-2004

O Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, exonerou ontem o governador de Luanda, Simão Mateus Paulo, criando para gerir a província, durante seis meses, uma Comissão Administrativa, que será chefiada pelo actual ministro das Obras Públicas, Francisco Higinho Lopes Carneiro. Esta comissão integra ainda António Pereira Van-Dúnem, secretário do Conselho de Ministros, e Job Castelo Capapinha, actual vice-ministro da Juventude e Desportos.

Simão Paulo assumiu o cargo de governador provincial de Luanda em Abril de 2002, substituindo Aníbal Rocha, que foi nomeado governador da província de Cabinda. Com o governador de Luanda foram também exonerados os vice-governadores para as áreas Económica e Técnica, respectivamente, Eugénio da Conceição Alexandre Correia e Diakumpuna Sita José. Simão Paulo foi alvo de várias críticas, especialmente devido à deficiente recolha de lixo na capital angolana, que, nos últimos meses, se transformou numa cidade onde são visíveis as acumulações de lixo. As críticas levaram o Presidente angolano a estabelecer um prazo de seis meses para que o governador provincial resolvesse o problema, mas a sua exoneração acabou por ocorrer antes desse prazo terminar. Nesse sentido, o despacho presidencial esclarece que a decisão surge devido à “necessidade de o Governo central interceder com vista à rápida alteração da situação de acentuada degradação do estado das principais infra-estruturas da cidade, bem como de uma diminuição da qualidade dos principais serviços básicos prestados à população”. A Comissão Administrativa deverá, nos termos do decreto presidencial, propor a alteração da divisão político-administrativa da cidade de Luanda e a reorganização da estrutura dos serviços que integram o governo da província. Esta comissão deverá ainda adoptar medidas que visem alcançar uma melhor prestação dos serviços básicos, nomeadamente ao nível do abastecimento de água potável, fornecimento de energia eléctrica, transportes públicos, recolha e tratamento do lixo.

A comissão, segundo nota de imprensa, será apresentada, segunda-feira, aos directores provinciais e administradores municipais, em cerimónia marcada para o Salão Nobre da sede do governo provincial.

6.3 Nascerá aterro sanitário para Luanda

Angop 21-01-2004

O anúncio vem da nova comissão de gestão da capital.

Com efeito, o coordenador da comissão de gestão para a província de Luanda, Higinho Carneiro, anunciou que está em construção um aterro sanitário na zona dos Mulenvos (município de Cacuaco) e que será dotado de

uma incineração visando o reforço do sistema de recolha dos resíduos sólidos da capital. Falando em conferência de imprensa, informou que neste momento existe um aterro provisório na zona do Golf 2 onde é depositado o lixo. O aterro situado no Golf 2 respeita as normas de segurança ambiental. Com o arranque do novo local em Cacucaco dentro dos próximos meses será encerrado o do Golf. Sem precisar números, garantiu a construção, ainda este ano, de mais aterros sanitários devido a distância que separa o local das outras áreas da cidade capital.

Segundo afirmou, cabe à Elisal tratar da limpeza dos esgotos e sarjetas da cidade capital, só que ela não é feita no período de antecipação, mas sim em época chuvosa que é imprópria. Disse que a Elisal foi relançada agora como a concessionária do programa da recolha do lixo, limpeza e saneamento básico. Anunciou que a comissão pretende capacitá-la para estar a altura de intervir nas actividades a que foi vocacionada. Fez saber que os sectores ligados a água, energia e limpeza e saneamento básico, estão a ser auscultados no sentido de apresentarem as suas propostas em relação aos futuros programas, de modo a que a capital mude de imagem.

O despacho presidencial de exoneração de Simão Paulo esclarece que a decisão surge devido “a necessidade de o Governo Central interceder com vista a rápida alteração da situação de acentuada degradação do estado das principais infra-estruturas da cidade, bem como de uma diminuição da qualidade dos principais serviços básicos prestados à população.

6.4 Higinio Carneiro garante que Luanda vai mesmo ficar limpa em seis meses

Ebonet.net 22-01-2004

Tudo será possível com “trabalho árduo”.

A cidade de Luanda vai ficar limpa durante os próximos seis meses, afirmou nesta quarta-feira, na cidade do Huambo, o coordenador da comissão de gestão da capital angolana, Higinio Carneiro.

“Com trabalho árduo é possível fazer Luanda mudar de aspecto em seis meses”, assegurou, em poucas palavras, Higinio Carneiro, também ministro angolano das Obras Públicas que, em recente despacho presidencial, foi nomeado coordenador da comissão de gestão da província de Luanda, por um período de seis meses. Sexta-feira última o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, exonerou o governador de Luanda, Simão Paulo e os seus vices e em substituição criou a referida comissão que é ainda integrada pelo secretário do Conselho de Ministros, António Van-Dúnen e pelo vice ministro da Juventude e Desportos,

Job Capapinha.

6.5 Saneamento básico

Jornal de Angola 26-01-2004

Tal como Simão Paulo, a quem o Presidente da República deu um prazo de seis meses para limpar Luanda, mas que acabou exonerado antes mesmo de consumir trinta dias, a comissão administrativa de gestão, coordenada por Higinio Carneiro, tem exactamente seis meses para mudar o quadro dramático que apresenta a capital do país. Há quem considere ser humanamente impossível, neste espaço de tempo, alcançar as metas traçadas. Questão: Quanto tempo seria necessário para mudar o quadro dramático que Luanda apresenta?

Elsa Victória, decoradora

“A meu ver, é uma ilusão determinar um período de tempo para mudar o quadro dramático da capital, são muitos os problemas por resolver. Aliás, as melhorias devem ser constantes e não a título excepcional”.

Mawete Victória, estudante

“Dois anos e meio seria, para mim, no mínimo, o tempo necessário para resolver os problemas básicos de Luanda, isto é, desde que os governantes da província trabalhem a sério, sem aquele espírito de deixar andar”.
Roquieta Monteiro, funcionária pública

“Na minha opinião, três anos seria o tempo necessário para que a capital do país tivesse uma imagem completamente diferente da que apresenta hoje, aliás, que foi se agravando nos últimos anos, muito por culpa da má gestão dos seus governantes”.

Ana Fernandes, estudante

“O prazo necessário para se mudar o actual cenário que Luanda apresenta seria, a curto prazo, de um ano. É verdade que num ano não se resolveria todos os problemas, mas serviria para se lançar as bases e as estratégias para um futuro promissor”.

João Bernardo, músico

“O prazo de seis meses, dado pelo PR, é muito curto, tendo em conta a extensão territorial da província. Para mim, dois anos, no mínimo, seria o ideal para se resolver, não todos, mas pelo menos parte dos problemas ligados ao saneamento básico”.

Manuel da Silva, estudante

“Na minha perspectiva, penso que seria necessário um ano para começar, sensibilizando-se a população e criando-se as bases necessárias para que o futuro governador pudesse dar continuidade aos projectos delineados pela comissão de gestão”.

António José, actor

“Acho que, para se mudar a situação que Luanda hoje apresenta, seria necessário pelo menos cinco anos, isto numa perspectiva a médio prazo. Seis meses é bastante curto, devido ao volume de problemas por se resolver”.

Francisco Mateus, agente

“Em seis meses, praticamente não se vai resolver nada. Para mim, este seria o período ideal para se concertar estratégias com vista ao relançamento de projectos duradouros. Portanto, a médio prazo, isto é em cinco anos, talvez os resultados fossem visíveis”.

7 TERRA E HABITAÇÃO

7.1 Chuvas matam 6 pessoas e destroem casas no Huambo

Jornal de Angola 10-01-2004

Pelo menos seis pessoas, entre velhos e crianças, morreram e outras 18 ficaram gravemente feridas em consequência das fortes chuvas que se abateram há dias, durante 24 horas, no município do Bailundo a 65 quilómetros a norte da cidade do Huambo.

No mesmo período foram registados a destruição de cento e dezanove casas residenciais e administrativas, nomeadamente um posto de saúde, uma escola comunitária, a secção do registo civil e outras na sede do município bem como a nível das comunas de Luvemba Hengue, Lunge Bimbe.

Para o administrador municipal do Bailundo, Evaristo Antunes dos Santos, apesar dos esforços empreendidos pela administração local, o município precisa substituir mil chapas de zinco, no sentido de evitar que o pior constrangimento aconteça.

Por outro lado, mais de dez hectares de culturas, principalmente milho, feijão, batata rena e outras ficaram destruídas igualmente pelas chuvas no município do Mungo, a 150 quilómetros a Leste da cidade capital da província. De acordo com o vice administrador do município, Celestino Kanhongui, as chuvas provocaram também o desabamento de 26 casas, das quais 8 anteriormente habitadas, tendo desalojado um total de quarenta famílias.

No entanto, o responsável apontou também que, os multiplicadores de semente mostram-se indignados com a devolução de sementes e fertilizantes junto do

sector da agricultura pelo facto de terem sido afectados.

7.2 Lei da Terra já esta no parlamento com a contribuição de populares

VOA 22-01-2004

A Assembleia Nacional vai receber proximamente o resultado da contribuição popular ao anteprojecto de lei de terra, feita pelo grupo de organizações não governamentais e personalidades da sociedade civil que compõem a Rede Terra, nas zonas urbanas e peri urbanas, para análise e aprovação no presente ano legislativo.

Em discussão há cerca de um ano, o anteprojecto de lei sofreu algumas alterações de forma e conteúdo mercê da contribuição de técnicos, especialistas e beneficiários dentre as quais a Rede de Terra, que a tornaram mais flexível e abrangente, como diz a Voz da América, Manuel da Silva, seu porta-voz.

“Acreditamos pelo essencial, as populações rurais vão poder ter algum instrumento de defesa dos seus interesses. Nós vamos continuar a trabalhar para influenciar ainda mais os deputados a Assembleia Nacional para que esses aspectos possam ser mais defendidos, aprofundados e introduzir mais melhorias neste documento que foi aprovado pelo Conselho de Ministros e submetido a Assembleia Nacional”. A Rede defende uma lei passível de mexidas e alterações periódicas, devido a aspectos fundamentais até aqui sem consenso, como a lei constitucional e a política de desenvolvimento agrícola para o país, que tão logo estejam concluídas exijam ajustes ou revisão às leis avulsas.

Manuel da Silva diz que a sua organização está a preparar-se já para o pós lei, tendo em atenção que os conflitos de terra não cessam com a aprovação pela Assembleia Nacional. “É preciso que esta lei ou a futura lei possa ser um instrumento que a as pessoas se possam socorrer, que possa estar ao alcance do cidadão.

Nós enquanto sociedade civil temos que ter um pouco este trabalho de meter o documento à disposição dos cidadãos para eles poderem ver aonde é que os seus interesses estão a ser violados, aonde podem recorrer, esta é a nossa grande preocupação, após a aprovação.” A Rede Terra não encerra com a aprovação pela Assembleia Nacional da Lei de Terra, irá evoluir para um observatório de terra ou seja tornar-se-á na fiscal da legalidade da terra.

7.3 Construções anárquicas podem ser demolida!

Angop 30-01-2004

Muitas das construções anárquicas espalhadas quase por toda cidade de Luanda podem ser demolidas ainda este ano, disse ontem o coordenador da Comissão de Gestão do Governo da Província, Higino Carneiro, quando efectuava uma visita de auscultação ao município do Kilamba Kiaxi.

Higino Carneiro referiu que é possível urbanizar esses locais, mas o governo vai estudar primeiro caso a caso, para ver em que medida as casas podem ser demolidas ou mantidas. Avançou entretanto que aquelas que ficarem, certamente que serão registadas e naturalmente que virão a contribuir com receitas para os cofres do Estado.

A responsabilização de tais construções é assumida pelo governo, reconheceu o general Higino, porque as coisas fizeram-se sobre o nosso olhar", mas que no entanto os directores que autorizaram muitas das obras anárquicas correm o risco de ir parar ao tribunal.

"Vamos ver as implicações que cada um tem no assunto, e se tiverem que ser responsabilizados acho que sim podem ir parar mesmo ao tribunal", sublinhou o coordenador da comissão de gestão do GPL, sem quaisquer receios.

Higino Carneiro despiu-se ontem, por conseguinte, da pose de ministro enfatuado preso em gabinetes e encarnou o cidadão comum, o que lhe permitiu sentir no Kilamba Kiaxi as dificuldades porque passam vários anónimos no seu dia dia.

O coordenador da comissão de gestão caminhou em lamaçais, charcos, buracos, experimentou ele mesmo como as coisas andam em concreto nos bairros de Luanda. Comovido, prometeu aos munícipes que as obras da ponte do Golfe, que ruuiu o ano passado, são retomadas já na próxima semana e que o município vai ser contemplado com seis escolas, três das quais podem ser construídas dentro de três meses.

Fez ainda a entrega de uma ambulância ao hospital municipal Neves Bendinha. A rede de esgotos do município também vai ser melhorada e ampliada, sobre a qual o homem forte da Comissão de Gestão de Luanda cobrou civismo dos moradores, alegando que muitas sarjetas estão entupidas com sapatos, latas, baldes e até tambores.

Relativamente a outras acções, Higino Carneiro disse que tratam-se de problemas comuns e que por isso o governo vai ver como intervir, e qual a cadência em função das prioridades. Se formos a falar de ruas, re-

alçou o coordenador, "em Angola só existem duas empresas em condições de fazer estradas, por exemplo".

7.4 Descoberta indemnização não entregue a moradores de bairro demolido

Angop 28-01-2004

OS antigos moradores do bairro Soba Capassa, um projecto habitacional demolido há perto de dois anos, disseram ter descoberto que o grupo empresarial que está a erguer um outro condomínio sobre aquela mesma área, o Grupo César e Filhos, entregou às autoridades da província, no ano de 2002, uma pesada quantia para indemnizar as pessoas que ali perderam moradias e terrenos.

Representantes de uma comissão dos moradores que ali tiveram as suas casas demolidas mostraram ao Semanário Angolense correspondência trocada em Agosto de 2002 entre o Grupo César e Filhos e o administrador municipal do Kilamba Kiaxi, Baltazar de Oliveira, que pode conduzir à conclusão de que a empresa enviou o dinheiro para pagar indemnizações a determinadas pessoas.

A peça fundamental dessas supostas provas pode ser um ofício do Grupo César e Filhos datado de oito de Agosto de 2002, sob a referência A/02.OIB2.3/IP/jn/02, que se remete ao ofício L3JJ/GAB/ADMK/02, do administrador do município do Kilamba Kiaxi, tudo isso datado anteriores às demolições.

O ofício do Grupo César e Filhos informa o administrador do facto do «assunto» já ter sido resolvido em tempo oportuno, «tendo sido indemnizados os ocupantes que tinham direito».

Isaiás Pedro, que subscreve esse documento em nome do Gabinete Jurídico do grupo, escreve depois que «a empresa declina de qualquer responsabilidade quanto às indemnizações». Supõe-se que essa correspondência tenha sido estabelecida quando o administrador pretendeu ter as garantias de que podia dar início às demolições. Os moradores apuraram junto de funcionários da Administração Municipal do Kilamba Kiaxi, que a soma das indemnizações entregues pelo grupo empresarial cifrava-se em dois milhões e 500 mil dólares.

As fontes disseram, entretanto, que mais de um ano após a data das demolições, em Novembro de 2002, não têm conhecimento de quem quer que seja, entre os lesados, que tenha recebido um único tostão em indemnizações vindas das autoridades.

No entanto, uma fonte do Grupo César e Filhos disse ao *Semanário Angolense* não poder confirmar ou desmentir a entrega de quaisquer valores às autoridades em decorrência desse assunto. Em todo o caso, estimulou a fonte, a terem acontecido, as indemnizações ter-se-iam antes cifrado na soma de dois mil e 500 dólares para cada um dos 12 moradores habilitados a recebê-las, acrescidos de materiais de construção. A soma de dois milhões e 500 mil dólares, considerou a fonte, é excessiva.

O *Semanário Angolense* tentou esclarecer esta situação junto do administrador municipal do Kilamba Kiaxi ao longo de uma semana, sem ter podido nunca contactá-lo pessoalmente.

O bairro de Soba Kapassa, demolido em Novembro de 2002, era um projecto habitacional sancionado pelas autoridades provinciais ao tempo em que Arubal Rocha era o governador da província. Tratava-se de um projecto de «auto-construção dirigida», em que estavam a ser edificadas (ou em vias disso) umas 1000 moradias.

Por acaso, as perdas materiais contadas, entre imóveis, arruamentos e outras obras, somam aproximadamente dois milhões e 500 mil dólares.

8 OUTROS

8.2 Cobertura sanitária do país é de um médico por 13 mil habitantes

Angop 22-01-2004

O Governo angolano está preocupado com os cuidados de saúde que são prestados às populações, pelo que uma das apostas passa por inverter e melhorar a cobertura actual de um médico por 13 mil habitantes. A preocupação foi hoje manifestada em Luanda pelo primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos, na abertura das Jornadas Científicas Médicas, inseridas nas comemorações do “Dia Nacional do Médico em Angola”.

Nesta “gigantesca terefa”, como a definiu, o primeiro-ministro disse que o Governo espera contar com o apoio e contributo “incondicional” de toda a classe médica. Fernando da Piedade referiu que o Governo tem noção das dificuldades e preocupações que a classe enfrenta e o facto do reduzido número de profissionais em actividade não ser ainda o desejável, para que sejam assegurados os cuidados de saúde à população em todo o país. De igual modo, o Governo está também

preocupado com a fuga de quadros, pelo que tem já gizado, no seu programa, a criação de incentivos para a absorção de médicos angolanos que se encontram a residir no exterior do país.

Entretanto, e tendo em atenção a necessidade de uma articulação entre a melhoria de condições profissionais e sociais dos médicos e uma melhor prestação de cuidados de saúde às populações, o governo aprovou, em finais do ano passado, um conjunto de diplomas que visam atender às exigências que se impõem no desenvolvimento das condições sócio-económicas do país. Entre esses diplomas destacam-se os que criam o Conselho Nacional de Pós-Graduação em Ciências Médicas e o respectivo estatuto, bem como as categorias dos internos médicos (geral e complementar).

No plano da formação, o primeiro-ministro insistiu no investimento que se revista de qualidade, através da melhoria das condições da Faculdade de Medicina, incluindo o curriculum dos cursos. O mesmo se aplica em relação à formação de especialistas e na área da investigação científica, dotando-se a Faculdade de Medicina de laboratórios e equipamentos modernos para o efeito.

“O estado débil dos serviços de saúde, em Angola, exige acções imediatas a todos os níveis”, disse Fernando da Piedade, para quem é “compromisso” do Governo melhorar, a curto prazo, a qualidade dos serviços de saúde no país. Neste particular, a Ordem dos Médicos de Angola é também chamada a intervir mais activamente, colaborando com o Governo, de forma mais estreita, “no intuito de se encontrarem os melhores caminhos para o aumento da qualidade dos serviços de saúde”.

Tendo em conta que o objectivo final do seu programa é o aumento da oferta e qualidade dos serviços sociais às populações, o Governo procedeu a um aumento de 8,6 por cento das verbas do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2004 ao sector da saúde. Isto foi feito, segundo o primeiro-ministro, no pressuposto de que “a assistência médica e medicamentosa é um direito que assiste a todo o cidadão”. Independentemente das verbas que venham a ser atribuídas ao sector, o primeiro-ministro chamou também a atenção para a adopção de “políticas válidas” que fundamentem projectos e programas concretos para melhorar os serviços de saúde em todo o país.

Para tal, é necessária a reabilitação e construção de infra-estruturas hospitalares com qualidade, melhor organização do sistema de saúde e uma gestão mais eficaz dos hospitais e centros de saúde, investir nas

carreiras médicas e uma distribuição mais equitativa destes pelas províncias, com programas atractivos de incentivo. Também não deixou de referir-se a outros desafios que se colocam, tanto ao Governo, ao sector da saúde como à sociedade, de uma forma geral, como são os casos da luta contra o Hiv/Sida e outras endemias, a mortalidade materno-infantil, tuberculose, tripassonomíase e má-nutrição. Para o combate a todos estes males, disse, o Governo continuará a definir as correspondentes políticas e estratégias, que vão de encontro aos “Objectivos do Milénio”, quer no que diz respeito à redução da pobreza, como no combate ao Hiv/Sida até ao ano de 2015. As jornadas, uma iniciativa da Ordem dos Médicos de Angola, prolongam-se até ao próximo dia 26, no Palácio dos Congressos, e nelas serão dissertados um total de 19 temas, entre os quais sobressai “O Sistema de Saúde em Angola e sua organização”

8.3 Cinco pessoas mortas por mina

Jornal notícias 25-01-2004

Cinco pessoas morreram e quatro ficaram feridas sexta-feira na sequência do accionamento de uma mina antitanque, em Kaluapanda, cerca de dez quilómetros a oeste da cidade angolana do Cuíto, capital provincial do Bié.

A explosão deu-se cerca das 10 horas da passada sexta-feira, quando uma viatura transportando 14 pessoas, procedente da cidade do Cuíto com destino a Luanda, accionou um engenho explosivo não detonado. Saíram ilesos da explosão cinco passageiros.

A viatura ficou totalmente destruída e, de acordo com o seu condutor, Eurico Kualo, um dos sobreviventes, o acidente ocorreu quando tentava desviar-se da estrada principal para evitar que a viatura se enterrasse na lama.

“Utilizamos aquela via porque a principal não permite transitar devido ao desabamento da ponte sobre o rio Kaluapanda, causado pelas fortes chuvas que constantemente se abatem sobre a região”, salientou. Eurico Kualo apelou a outros automobilistas para evitarem a utilização daquela via, alertando para a existência de mais minas, porque o local foi antes palco de acções de combate durante o conflito armado.

A existência de tanta mina em Angola é um drama que quase diariamente causa vítimas naquele país africano. Para tentar inverter e anular a situação, a União Europeia anunciou a concessão de um apoio de 91 milhões de euros a Angola para financiar programas do Fundo de Apoio Social e de desminagem. O acordo

será executado em quatro anos e permitirá a sua expansão às províncias do Zaire e Bié.

8.4 O novo “demolidor”

Ebonet.net 31-01-2004

Imprensa lança críticas a Higino Carneiro, escreve sobre a queda de Ludi Kissassunda, aborda corrupção judicial e analisa assédio sexual nas escolas.

A comissão de gestão que governa Luanda nas últimas duas semanas acaba de receber uma primeira crítica da imprensa local.

“Comissão de gestão de Luanda: 14 dias depois – O outro demolidor”, escreve o semanário *A capital*.

Para ilustrar a matéria de uma página, o jornal traz à capa o líder da comissão de gestão, o general Higino Carneiro, com ar amigável, a caminhar, vestido de uma calça de ganga e uma camisa alaranjada.

“Higino Carneiro diminuiu orçamentos, reuniu com deputados, proibiu concursos de moda e prometeu demolir mais residências. Eis as primeiras duas semanas de uma ‘gestão severa’”, escreve o jornal.

Entretanto, este jornal não fica pelo Carneiro.

Na sua capa, o periódico destaca ainda “Estremece o GURN e adverte sobre a reincursão social – O trunfundo da UNITA”, “Luanda cada vez mais miserável”, “Enfim a dança da cadeiras no Governo” e “Médicos não chegam para as encomendas”.

Já um outro jornal, o *Angolense*, escreve sobre o governador da província do Zaire, lembrando sobre o seu passado enquanto liderou a força de segurança interna nos anos 70.

“Caiu o Disa”, titula o jornal, ao escrever sobre Ludi Kissassunda.

“Está na rua o homem que nos anos 70 liderou a organização mais temível do país”, acrescenta, triunfante, o periódico.

“Nova Constituição – no JES ninguém toca” e “Taag vai despedir mesmo trabalhadores”, são as outras manchetes deste jornal, dirigido pelo jornalista Américo Gonçalves.

O seu homónimo, o *Semanário Angolense*, titula: “Há ou não corrupção judicial? – Ameaça Suprema”, o jornal volta à carga, num assunto que já mereceu a condenação por parte da Procuradoria Geral da República.

No mesmo diapasão, este jornal reclama ainda justiça no caso do desaparecimento de milhares de dólares que envolve o político oposicionista Adriano Parreira enquanto este liderou embaixada angolana na Europa. Para a publicação, Parreira não tem moral para falar de corrupção.

“Como é que o líder do PAI explica os 165 mil dólares

que levantou há uns anos na tesouraria da embaixada de Angola em Lisboa?”, interroga o Jornal.

“O semanário Angolense está em posse de dados que demonstram que Adriano Parreira é tão corrupto quanto aqueles a quem anda constantemente a zurzir com acusações de corrupção. Aliás, aquela vaga impressão que sempre se teve de que algo de errado havia em Parreira, que para muitos estaria a agir essencialmente movido por ódio e desejo de vingança contra o poder, acaba de ser reforçada com esses dados que vêm à lume”, afirma o periódico.

“Não consta que ele tivesse alguma vez passado uma temporada em Portugal devido a problemas de saúde. Mas certo é que Parreira, em quatro ocasiões distintas, levantou da tesouraria da embaixada dinheiro cujo total perfaz o belo montante de 33.174.856 escudos, ou seja, algo na ordem dos 165.874 dólares. Não era ainda tempo do euro”, denuncia o Semanário Angolense.

Adicionalmente, o semanário traz ainda na capa: “Graúdos poupados- Higinio cobra impostos de micates”, e “Ainda na maka do terminal – Tribunal ‘encalha’ Vinhas”.

Saindo dos tribunais, e entrando nos meandros escolares, o semanário Agora revela, através de depoimentos de jovens, que professores assediam, e muitas vezes envolvem-se sexualmente com alunas, para permitir que transitem de classe.

O fenómeno ocorre sobretudo nos institutos médios, envolvendo principalmente professores das disciplinas de Matemática, Instalações Eléctricas e Práticas Oficiais, nas quais raparigas encontra maiores dificuldades.

“Não temos de aparecer constantemente na escola, porque sabemos que temos o ano lectivo feito. Várias vezes fui convidada pelo meu professor para sair e normalmente nos divertíamos. Apesar de ser uma pretensão de qualquer homem, quando sai com uma rapariga, levá-la para cama, graças a Deus quando chegava este ponto, tinha sempre desculpas, mas, em contrapartida, tive garantias de passagem de classe e finalizei”, contou ao jornal a jovem Patrícia, que frequentou o Instituto Médio Industrial de Luanda.

